

04 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Decisão do STJ sobre estupro é alvo de recurso

Procuradoria contesta tribunal, que absolveu acusado de estuprar 3 meninas de 12 anos porque elas se prostituíam

**STJ decidiu caso com base em lei anterior a 2009, que dava margem a interpretação por parte dos tribunais**

O Ministério Público Federal entrou com recurso contra a decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que absolveu um acusado de estuprar três meninas de 12 anos.

O caso ocorreu antes de 2009, quando a lei passou a considerar que ter relações sexuais ou praticar ato libidinoso com menor de 14 anos é "estupro de vulnerável", independente do uso de violência.

A corte fez o julgamento com base na lei anterior, que já considerava como estupro manter relações sexuais com menores, mas dava margem a interpretações — os tribunais questionavam se era necessário ou não provar a violência.

No caso das meninas, o tribunal decidiu, por maioria, que não era possível presumir a violência porque as meninas se prostituíam e, portanto, teriam condições de consentir com o sexo.

A decisão do STJ, que veio a público na semana passada, provocou reações.

A ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos, afirmou que a decisão relativiza os direitos das crianças e dos adolescentes. A ANPR (Associação Nacional de Procuradores da República) também manifestou repúdio. Para os procuradores, o STJ "sinaliza tolerância com essa nefasta prática".

Após as reações, o presidente do STJ, Ari Pargendler, afirmou que a decisão ainda pode ser modificada.

## RECURSO

O tipo de recurso protocolado pela Procuradoria na última sexta trata de "embargo de declaração", ou seja, não questiona especificamente o mérito de uma decisão, mas serve para corrigir omissão, obscuridade ou contradição.

Nesse tipo de recurso, o conteúdo da decisão só é alterado caso isso seja necessário para corrigir a omissão, obscuridade ou contradição. Mas, em tese, a decisão da corte pode mudar.

A Procuradoria não informou qual dos três motivos previstos gerou o recurso, pois o processo está em segredo de Justiça. Pelo mesmo motivo, a subprocuradora responsável pelo caso não quis comentar o assunto.

O recurso está no gabinete da ministra Maria Thereza de Assis Moura, relatora do processo. Mas, por causa do recesso de Páscoa, a decisão não deve sair nesta semana.

## ENTENDA A

## DECISÃO DO STJ

### O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO

#### Antes de 2009

Existia a presunção de violência: o sexo com menor de 14 anos era sempre estupro, porque a criança não seria capaz de consentir. Discutia-se se a presunção era relativa (que admite prova em contrário) ou absoluta

#### A partir de 2009

Criou-se o estupro de vulnerável, que diz que é crime "ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos"

### O QUE DECIDIU O STJ

#### Presunção relativa

Ao julgar acusado de manter relações com três meninas de 12 anos, o STJ decidiu que a presunção de violência é relativa: apenas pelo fato de elas terem menos de 14 anos não seria possível dizer que houve estupro

#### Prostituição

Os ministros entenderam que, pelo fato de se prostituírem há "bastante tempo", as crianças tinham condições de consentir com a relação sexual

04 ABR 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### Presidente de tribunal elogia Sartori por iniciativa de processar a Folha

DE SÃO PAULO - Em discurso no Theatro Municipal de São Paulo, na comemoração de sua posse como presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP e MS), anteontem, o juiz Newton de Lucca elogiou o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, pela iniciativa de processar a **Folha**. O presidente do TJ tem incentivado outros desembargadores a processar o jornal.

De Lucca disse que "todos nós almejamos e preconizamos uma imprensa livre", mas "há de ser solenemente repudiado" o "jornalismo trapeiro". Segundo ele, a mídia é "a caixa preta da democracia que precisa ser aberta e examinada".

Na edição de 28 de março, a **Folha** revelou que as despesas do evento festivo foram pagas pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil. Os dirigentes do TRF-3 tomaram posse oficialmente em 17 de fevereiro no tribunal. Como a posse ocorreu na véspera de Carnaval, a corte decidiu fazer a comemoração no teatro sem "dispendio de recursos públicos".

De Lucca afirmou que magistrados "estão sendo injustamente atacados". Disse que o povo "se encontra à mercê de alguns bandoleiros de plantão, alojados sorrateiramente nos meandros de certos poderes midiáticos no Brasil e organizados por retórica hegemônica, de caráter indisfarçavelmente nazifascista".

Em seguida, cumprimentou o presidente do TJ-SP, Sartori, "por sua corajosa e determinada posição" no sentido de processar a **Folha**, "pois a honra da toga não pode ser tísada".

04 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

## Demóstenes reclama de 'prejulgamento' e deixa o DEM

Isolado e sem apoio da cúpula do DEM, o senador Demóstenes Torres (GO), investigado por suas relações com o empresário do Jogo Carlinhos Cachoeira, decidiu ontem deixar o partido.

Em carta encaminhada ao comando da sigla, o senador disse que sofreu um "prejulgamento público" pelo DEM, o que o levou a pedir para se afastar dos seus quadros.

Demóstenes negou que tenha cometido "reiterado desvio do programa partidário", argumento usado para abrir ontem seu processo de expulsão. Com o pedido de desfiliação espontânea, o rito de expulsão fica automaticamente suspenso.

Demóstenes é investigado pela Procuradoria-Geral da República por favores a Cachoeira, preso pela Polícia Federal sob acusação de chefiar esquema de jogos ilegais.

A defesa do senador anunciou que vai recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) para pedir a anulação das provas, porque Demóstenes, que tem foro privilegiado, foi investigado sem autorização.

Inicialmente, Demóstenes não cogitava a saída voluntária do partido, com medo de perder o mandato na Justiça Eleitoral por infidelidade partidária. Mudou de ideia para evitar desgastar-se ainda mais com a expulsão.

Como o senador mantém a disposição de não renunciar ao mandato, a discussão sobre a sua permanência poderia continuar a expô-lo por pelo menos mais uma semana.

Ao mesmo tempo, para impedir a perda de mandato por infidelidade, Demóstenes subiu o tom na carta de saída para ter como argumento na Justiça que sofreu "perseguição política" no partido — logo, foi forçado a sair.

Apesar da manobra, o DEM não está disposto a brigar pela vaga de Demóstenes. "Não há razão para isso, não existe evidência de infidelidade", disse o presidente da sigla, José Agripino (DEM-RN).

O líder do DEM na Câmara, deputado ACM Neto (BA), disse que o caso Demóstenes é um "assunto superado" dentro do partido.

O PT ofereceu ontem o senador Wellington Dias (PI) para presidir o Conselho de Ética do Senado, numa tentativa de acelerar o processo contra Demóstenes.

O cargo de presidente está vago desde o ano passado, quando o senador João Alberto (PMDB-MA) se licenciou do Senado. Caberá ao novo presidente do conselho, a ser eleito no dia 10, decidir se aceita a representação do PSOL contra Demóstenes por quebra de decoro.

### MAIA QUER INVESTIGAR ENVOLVIDOS

O presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), afirmou ontem que a Casa deve investigar o envolvimento de congressistas com o empresário Carlinhos Cachoeira e não descartou uma CPI. Ele disse que já pediu informações do inquérito à Procuradoria-Geral da República. "É preciso fazer uma investigação séria", afirmou.

# FOLHA DE S. PAULO

## HÉLIO SCHWARTSMAN

### Homens probos 04 ABR 2012

**SAO PAULO** - Demóstenes Torres surgiu para a política tentando firmar-se como o Catão, o Moço, de nossa República: senador com idelas conservadoras, mas patologicamente íntegro e incorruptível.

Não deu certo. Quanto mais descobrimos sobre suas relações com Carlinhos Cachoeira, mais seus feitos pretéritos cheiram a hipocrisia. Ele entra assim para o clube dos que foram apanhados fazendo o contrário do que pregavam, cujos sócios mais ilustres são políticos e religiosos.

Embora isso não seja muito cristão, adoramos ver moralistas caindo em desgraça por exibir as falhas morais que condenavam. Como observa o psicólogo Jonathan Haidt, experimentamos, quando contemplamos sua queda, a emoção do desprezo, que faz com que nos sintamos melhores do que eles. E isso é gostoso.

Mas é bom tirar esse sorriso de superioridade da cara. Vários experimentos psicológicos recentes confirmam as advertências dos sábios de que somos todos hipócritas.

Um exemplo: quando voluntários tiveram a chance de decidir se seriam eles mesmos ou um parceiro quem ficaria na posição mais vantajosa, metade deles se dispuseram a ser justos e usar uma moeda para tirar a sorte. Dos que não fizeram cara ou coroa, 90% escolheram para si próprios o posto privilegiado. A surpresa é que, entre os que jogaram a moeda, também foram 90% os que acabaram ficando com a parte do leão. É como se as leis da probabilidade tivessem sido milagrosamente suspensas.

A ideia que emerge desses experimentos é que, dispondo de invisibilidade (impunidade assegurada) e de um vestígio de razão moral em que possamos nos apoiar (negação plausível), a maioria de nós trapaceia.

A má notícia para Demóstenes é que, mesmo que ele tenha sido apenas humano, zombar de sua situação e puni-lo são uma necessidade. Sociedades só são estáveis quando castigam os que tentam se dar bem sem pagar sua parte na fatura.



04 ABR 2012

## FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO RODRIGUES

### O lobby legal

**BRASÍLIA** - Para todos os problemas complexos, como se sabe, há uma solução simples — em geral, errada. A corrupção endêmica na política é um desses casos para os quais não há saídas fáceis. O episódio recente envolvendo o senador Demóstenes Torres dá algumas pistas do que poderia ser feito.

Demóstenes recebeu presentes de casamento de um empresário acusado de contravenção. Também se prestou a atender dezenas de telefonemas do notório Carlinhos Cachoeira. As conversas versavam sobre como influir na tramitação de projetos de lei no Congresso.

Em miúdos, Demóstenes exerceu a antiga prática do lobby. Exceto se aparecer prova de dinheiro grosso nessa relação, o maior pecado do senador foi esconder do público essa sua atividade na defesa dos interesses de um empresário ligado ao ramo do jogo e da contravenção.

Não haveria nada de errado nem de ilegal se Demóstenes fosse à tribuna do Senado semanalmente pa-

ra relatar os pontos de vista de Carlinhos Cachoeira. Bem, a imagem do senador não seria mais a de paladino da Justiça. Mas ele não cometeria quebra de decoro.

Essa hipótese, por óbvio, é só uma alegoria. Tudo para ir ao seguinte ponto: falta ao Brasil legalizar e regulamentar o lobby. Identificados com um crachá, representantes dos mais diversos setores têm o direito de circular pelo Congresso ou ministérios defendendo suas causas e as de seus patrões.

É bom quando ativistas a favor do ambiente, da liberação dos jogos ou de mais verbas para estradas se manifestam de forma livre, aberta. Essas ações não podem ser nas trevas nem com a ajuda disfarçada de deputados e senadores.

A legalização do lobby não elimina o tráfico de influência. Também não garante uma política livre de casos como o de Demóstenes. Mas a adoção da regra seria um passo relevante para sanear o ambiente.

04 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

## Justiça suspende obras de prédio na Paulista por risco a casarão

Imóvel é tombado e pode não suportar o impacto da construção

A Justiça suspendeu provisoriamente a construção de prédio ao lado de um casarão histórico na avenida Paulista. A avaliação é que há risco ao imóvel considerado patrimônio da cidade e do Estado.

Localizado no número 1.919, próximo ao Conjunto Nacional, o casarão foi construído em 1905 pelo cafeicultor Joaquim Franco de Mello.

É considerado pelo Condephaat (órgão estadual de proteção) um dos únicos remanescentes da primeira fase de ocupação da avenida.

Atualmente o imóvel está abandonado, pois a família pede indenização ao Estado pelo tombamento do casarão.

A solicitação para que a construção do edifício ao lado fosse suspensa foi feita pelo Ministério Público.

"O próprio proprietário [do casarão] afirmou em audiência que parece haver riscos", disse o promotor estadual José Eduardo Ismael Lutti.

" Fizemos o pedido como cautela. Haverá nos próximos dias uma visita técnica. Se for comprovado que não há risco ao imóvel, a construção poderá ser retomada."

### SUBSOLOS

Segundo o jornal "O Estado de S. Paulo", que publicou a informação do embargo ontem, o prédio em construção deverá ter cinco subsolos.

O parecer técnico preliminar pedido pelo Ministério Público aponta que o casarão pode não suportar tal obra.

Nem os responsáveis pela obra nem a família Franco de Mello foram localizados ontem pela **Folha** para comentar a decisão judicial.

### INVESTIGAÇÃO

O Ministério Público Estadual apura também a possibilidade de o alvará de construção do edifício ter sido emitido pela prefeitura antes da autorização dos órgãos de proteção ao patrimônio.

As secretarias de Governo e Negócios Jurídicos afirmaram em nota que a Procuradoria Geral do Município analisa a ação e responderá os questionamentos judiciais.

# GAZETA DO POVO

## Juiz absolve Ducci

### em caso de caixa 2 04 ABR 2012

O juiz Marcelo Wallbach Silva, da 1.ª Zona Eleitoral, julgou improcedente o processo que acusava o prefeito Luciano Ducci de envolvimento com caixa 2 nas eleições de 2008, em que ele era

vice na chapa de reeleição do prefeito Beto Richa. No despacho, no entanto, o juiz declara que há "indícios veementes de que houve distribuição de recursos não declarados".

COMITÊ LEALDADE

# Justiça inocenta Ducci da acusação de caixa 2 na eleição de 2008

Atual prefeito era candidato a vice de Richa quando comitê de dissidentes do PRTB, que apoiou a reeleição do tucano, deixou de registrar supostos gastos eleitorais. Beto já havia sido excluído da ação em 2010

Karlos Kohlbach

A Justiça Eleitoral do Paraná considerou ontem que o prefeito de Curitiba, Luciano Ducci (PSB), não teve qualquer envolvimento com a suposta prática de caixa 2 na campanha eleitoral de 2008 envolvendo o Comitê Lealdade, formado por dissidentes do PRTB. Na época, Ducci era candidato a vice

na chapa do então prefeito Beto Richa (PSDB), que concorria à reeleição e que foi apoiado pelo comitê.

O juiz da 1.ª Zona Eleitoral de Curitiba, Marcelo Wallbach Silva, julgou improcedente o processo movido pelo próprio PRTB e também pelo PT, PMDB, PCdoB e PSC. Os partidos pediam a cassação do mandato e dos direitos políticos de Ducci. Cabe recurso da decisão de primeira instância ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR).

O governador Beto Richa (PSDB), que era candidato à reeleição em 2008, já havia sido retirado do processo em 2010, quando deixou o cargo de prefeito para concorrer ao Palácio Iguaçú. Na ocasião, a Justiça entendeu que, como ele não era mais prefeito, houve perda do objeto do processo.

#### Investigação prossegue

Apesar da decisão de ontem, o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Fe-

deral (PF) continuam a investigar suposto caso de caixa 2 na campanha de 2008. O juiz eleitoral Wallbach Silva afirma, no despacho, que há fortes indícios da prática — que consiste em não contabilizar recursos financeiros na prestação de contas do candidato, configurando crime eleitoral.

"Não se pode olvidar [esquecer], evidentemente, que há nos autos indícios veementes de que houve distribuição de recursos não declarados a ex-candidatos, o que deve ser objeto de investigação e apenamento, desde que comprovado."

Os ex-candidatos a que se referê o juiz são os dissidentes do PRTB, que deixaram de concorrer ao cargo de vereador para apoiar a campanha de Richa por meio do Comitê Lealdade.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

04 ABR 2012

O PRTB, naquela eleição, estava formalmente coligado ao PTB do então candidato à prefeitura Fabio Camargo.

Em 2009, reportagens da Gazeta do Povo e do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, mostraram vídeos de 23 dissidentes do PRTB recebendo cada um, na sede do Comitê Lealdade, até R\$ 1,6 mil das mãos de Alexandre Gardolinski, que era presidente do comitê. As imagens foram feitas pelo ex-servidor da prefeitura de Curitiba Rodrigo Oriente, que integrava do comitê.

Como o dinheiro, supostamente usado para financiar despesas eleitorais, não apareceu na prestação de contas da eleição, levantou-se a suspeita de caixa 2.

Mas o juiz eleitoral Wallbach Silva entendeu que nenhuma das provas juntadas no processo apontaram qualquer envolvimento de Ducci. Todos os depoimentos prestados, cita o juiz na sentença, indicaram para o fato de que em nenhum momento Ducci esteve no Comitê Lealdade ou teve contato com qualquer dos envolvidos.

A Gazeta do Povo tentou falar ontem com Luciano Ducci sobre a decisão judicial. Mas a assessoria de imprensa do prefeito afirmou que ele não iria se manifestar.

### R\$ 1,6 MIL

é o valor que 23 dissidentes do PRTB apareciam recebendo em vídeo gravado dentro do Comitê Lealdade.

CONTINUA



# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

04 ABR 2012

## ENTENDA O CASO

O suposto caixa 2 ocorreu em 2008, na eleição para a prefeitura de Curitiba. Saiba mais:

### Racha no PRTB

Em junho de 2008, durante a campanha eleitoral, o pequeno PRTB rachou. Oficialmente, o partido apoiava Fábio Camargo, do PTB, para a prefeitura de Curitiba. Mas uma ala lança candidatura própria.

### Desistência em massa

A ala dissidente do PRTB abandona a campanha de Fábio Camargo em julho. Dos candidatos a vereador pelo partido, 23 desistem e passam a apoiar a candidatura à reeleição de Beto Richa (PSDB), que tem Luciano Ducci (PSB) como vice na chapa.

### Eleitos

Em outubro, Richa e Ducci são eleitos. O grupo dissidente do PRTB empolga Manassés de Oliveira como secretário municipal de Assuntos Metropolitanos.

### Denúncia

Em junho de 2009, a **Gazeta do Povo** publica reportagem mostrando que dissidentes do PRTB receberam dinheiro dentro do Comitê Lealdade, formado para apoiar a eleição de Richa. O prefeito demite Manassés e mais dois funcionários do grupo ao ser informado pela reportagem de que eles apareciam em um vídeo recebendo o dinheiro de Alexandre Gardolinski, chefe do comitê.

### Na Justiça

Cinco partidos de oposição entram com ação judicial pedindo a cassação de Richa em

26 de junho de 2009. A alegação é de que os gastos do Comitê Lealdade não foram incluídos na contabilidade entregue pela campanha de Beto à Justiça Eleitoral, o que configuraria caixa 2.

### Renúncia

Richa renuncia à prefeitura de Curitiba em abril de 2010 para disputar o governo do estado. Como a punição para o possível caixa 2 era a perda do cargo, a Justiça entende que Richa não faz mais parte da ação. Ducci passa a ser o prefeito e continua no processo.

### Decisão

Depois de a defesa de Ducci ter ido ao Tribunal Superior Eleitoral e parado o processo por meses, o caso volta ao primeiro grau. Ontem, o juiz Marcelo Wallbach Silva, da 1ª Zona Eleitoral de Curitiba, decidiu pela absolvição de Ducci. Cabe recurso ao Tribunal Regional Eleitoral.

**“Nem mesmo a parte representante [os autores da ação] conseguiu demonstrar algum envolvimento do representado [Ducci] com aqueles fatos [o suposto caixa 2].”**

Marcelo Wallbach Silva, juiz eleitoral.

# GAZETA DO POVO

➤ ESTUPRO DE VULNERÁVEL

04 ABR 2012

## STJ recebe recurso contra absolvição

O Ministério Público Federal entrou com recurso contra a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que absolveu um acusado de estuprar três meninas de 12 anos. O caso ocorreu antes de 2009, quando a lei passou a considerar que ter relações sexuais ou praticar ato libidinoso com menor de 14 anos é "estupro de vulnerável", independentemente do uso de violência.

A corte fez o julgamento com base na lei anterior, que já considerava como estupro manter relações sexuais com menores, mas dava margem a interpretações — os tribunais questionavam se era necessário ou não provar a violência.

No caso das garotas, o tribunal decidiu, por maioria, que não era possível presumir a violência porque as meninas se prostituíam e, portanto, teriam condições de consentir com o sexo. A decisão do STJ, que veio à público na semana passada, provocou reações.

O tipo de recurso protocolado pela Procuradoria trata de "embargo de declaração", ou seja, não questiona especificamente o mérito de uma decisão, mas serve para corrigir omissão, obscuridade ou contradição. Nesse tipo de recurso, o conteúdo da decisão só é alterado nesses casos. Mas, em tese, a decisão da corte pode mudar. O embargo só deve ser apreciado após a Páscoa.

### COLUNA DO LEITOR

#### Decisão do STJ

A decisão do STJ a respeito do caso de estupro de uma menina de 12 anos, do ponto de vista técnico, tomando como base a legislação então vigente, é correta. No entanto, além de moralmente absurda, a decisão representa um retrocesso à visão reducionista do positivismo jurídico pelo qual o direito se reduz à norma, sem discutir os valores aplicáveis ao caso. Ainda que na data do fato criminoso a lei penal admitisse a interpretação pela presunção relativa de violência, vale lembrar que o Estatuto da Criança e do Adolescente, já em vigor à época, adota a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente, de modo que, aplicando-se os princípios ali enunciados, deveria ter sido mantida a condenação do réu.

Joslane Stelmaschuk Menarim

# GAZETA DO POVO

**Aborto é foco  
de protesto  
no Supremo**

**04 ABR 2012**

Integrantes do Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil Sem Aborto promoveram uma manifestação pacífica ontem, em frente ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília. Eles querem que os ministros votem contra a legalização do aborto de fetos anencéfalos no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54. A ação, que será julgada na próxima quarta-feira, se encontra em análise no STF há sete anos, desde que foi proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), em 2004. No mesmo ano, uma liminar concedida pelo ministro Marco Aurélio Mello autorizou as grávidas de anencéfalos no Brasil a interromper o parto. Menos de quatro meses depois, a decisão foi derrubada. Voltou a ser exigida, então, uma autorização judicial para o aborto, sob risco de a mulher e o médico serem processados por homicídio.

## COLUNA DO LEITOR

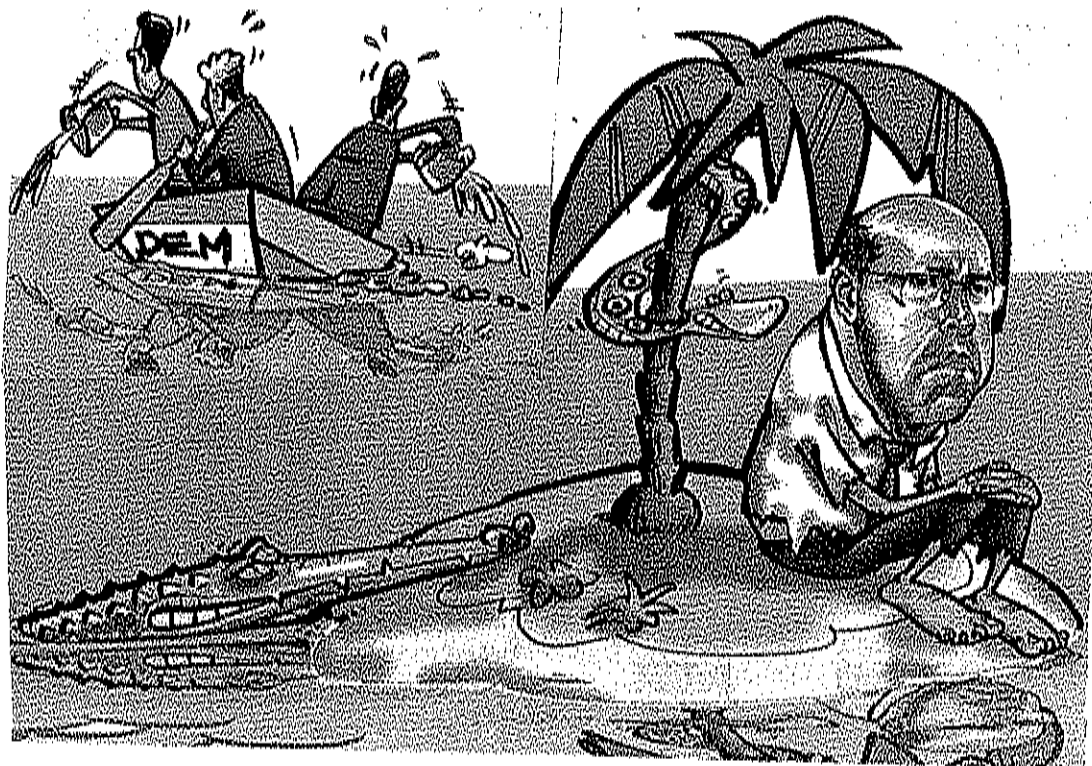
### Processo de adoção

A burocracia para o processo de adoção deveria acabar. Já passei por isso: pedem mil e cem informações e quando você pega a papelada começam a ler e joguem tudo no lixo. Sou pessoa idônea e não preciso fornecer tantas informações, a maioria inúteis. O fato de existirem milhares de crianças abandonadas deve-se à falta de cultura do povo brasileiro. E à burocracia existente.

**Claudio Hollen**

04 ABR 2012

## GAZETA DO POVO



### COLUNA DOS LEITORES

#### **Demóstenes Torres 1**

Nas últimas semanas, o cenário político brasileiro viu rui um dos políticos mais influentes do Congresso, com um dos maiores escândalos que aquela Casa já teve notícias. Sou um cidadão que gosta da política, pois esse mundo me fascina, mais também me decepciona. Quando o senador Demóstenes Torres falava em ética, o Senado Inteiro se ajoelhava aos pés do homem que, sem sombra de dúvidas, era impecável na hora de falar de ética. Hoje está trancado em seu gabinete, estudando sua defesa.

**Nilo Oliveira Filho**

#### **Demóstenes Torres 2**

Sou a favor que se acabe com o foro privilegiado dos deputados e senadores. Para o bem do nosso país é preciso achar uma saída jurídica para que os senadores e deputados sejam equiparados aos cidadãos comuns em casos de qualquer crime cometido.

**Rene da Cruz Belem**

# GAZETA DO POVO

TIAGORECCHIA

04 ABR 2012



04 ABR 2012

# GAZETA DO POVO

## **MP pede R\$ 20 bi de indenização a Chevron por 2.º vazamento**

■ O Ministério Público Federal (MPF) impetrou ontem ação civil pública contra a petrolífera norte-americana Chevron e a Transocean, empresa que prestou serviços à Chevron, pedindo indenização de R\$ 20 bilhões pelo segundo vazamento de óleo, em março, ocorrido no Campo de Frade, Bacia de Campos (RJ). Pelo primeiro, em novembro de 2011, o MPF já havia pleiteado US\$ 10,9 bilhões.

A ação foi movida na 2ª Vara Federal de Campos pelo procurador da República Eduardo Santos de Oliveira. Segundo a empresa, "a segunda ação faz parte de uma série ultrajante de ações impetradas pelo mesmo promotor que anteriormente ajuizou ações criminais e civis igualmente absurdas. O valor de R\$ 20 bilhões é arbitrário e especulativo", afirma em nota.

## **LITERATURA**

### **Laurentino Gomes troca de editora**

■ O escritor paranaense

Laurentino Gomes, autor dos premiados *1808 e 1822* – nos quais trata, respectivamente, da vinda da família real para o Brasil e da proclamação da independência – publicará seu próximo trabalho pela Globo Livros. Seguindo a linha que consagrou o escritor, *1889* trata da proclamação da República, feita por militares do exército liderados pelo marechal Deodoro da Fonseca. Os dois livros anteriores de Laurentino Gomes venderam, juntos, mais de um milhão e meio de exemplares e ambos venceram o prêmio Jabuti na categoria livro-reportagem e o livro do ano de não-ficção. *1889* tem previsão de lançamento para o segundo semestre de 2013.

04 ABR 2012

## FOLHA DE LONDRINA

# Ducci é inocentado sobre suposto 'caixa 2'

Luciana Cristo  
*Equipe da Folha*

**Curitiba** - O prefeito de Curitiba, Luciano Ducci (PSB), foi inocentado no processo ao qual respondia na Justiça Eleitoral, acusado de formação de "caixa dois" durante as eleições municipais de 2008, quando foi vice do então prefeito eleito Beto Richa (PSDB). Beto também foi citado no processo, mas somente Ducci continuou a responder judicialmente, depois que Beto assumiu o governo do Estado.

A decisão é do juiz Marcelo Wallbach Silva, da 1ª Zona Eleitoral de Curitiba, que concluiu que "não há nos autos provas mínimas a demonstrar que o representado tenha qualquer tipo de ligação com a distribuição de valores a ex-candidatos". O juiz eleitoral pondera que há "indícios veementes" de que houve distribuição de recursos não declarados, mas que essa prática não tem ligação com Ducci.

Para o juiz, nem quem entrou com o processo conseguiu demonstrar a ligação do prefeito de Curitiba com os fatos que vieram a aparecer

apenas no ano seguinte às eleições, que elegeu Beto e Ducci. "Nem mesmo a parte representante conseguiu demonstrar minimamente, limitando-se a pleitear pela procedência do pedido inicial apenas como forma de se combater a corrupção de maneira genérica, sem apontar fatos específicos", diz trecho da decisão. Uma das advogadas que ingressou com a ação, Carla Karpstein, informou à FOLHA que ainda não tinha conhecimento da sentença e que só após ler o conteúdo do documento vai decidir se a parte deve recorrer ou não.

A denúncia de "caixa dois" veio à tona após denúncia do ex-servidor municipal Rodrigo Oriente, que apontou o coordenador do Comitê Lealdade, Alexandre Gardolinski, como o responsável pelo esquema, que forneceu dinheiro a candidatos do PRTB que desistiram de disputar a eleição, supostamente para beneficiar a candidatura de Beto e Ducci. Em depoimento no processo, Gardolinski disse que os valores repassados àqueles que desistiram da disputa serviriam para ressarcir os candidatos dos eventos por eles já então realizados.

04 ABR 2012

# FOLHA DE LONDRINA

## APMP sai em defesa de promotor

**Paula Barbosa Ocanha**  
*Reportagem Local*

As críticas feitas ao promotor de Justiça Renato de Lima Castro pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Londrina, Elizandro Pelin, repercutiram negativamente ontem entre promotores e procuradores de Justiça. Presidente da Associação Paranaense do Ministério Público (APMP), o procurador de Justiça Wanderlei Carvalho da Silva saiu em defesa de Castro, que está sendo alvo de uma representação na OAB por suposto abuso de autoridade durante cumprimento de mandado de busca e apreensão na Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) por uma equipe do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público (MP) estadual. Em nota enviada à FOLHA, o presidente da APMP afirma que a atuação de Castro "sempre foi pautada pelo estrito cumprimento de suas funções institucionais e respeito ao Princípio da Legalidade".

A representação contra Castro foi protocolada na tarde de segunda-feira pela advogada

Francismara Tumiate, advogada e servidora da CMTU, que recebeu apoio de membros da OAB, incluindo o presidente local da entidade, que em entrevista à FOLHA disse que "não suportamos mais as atitudes espalhafatosas do MP".

Mesmo fazendo parte da sindicância aberta dentro da CMTU para apurar a mesma suposta irregularidade alvo do Gaeco (cancelamento irregular de multas de trânsito), Francismara Tumiate informou a um investigado, que conversava com o promotor de Justiça Cláudio

**Para Sotó Maior,  
houve  
infundada  
ofensa ao MP**

Esteves durante o cumprimento do mandado, que ele teria o direito constitucional de permanecer cala-

do. Como fazia parte da comissão de investigação interna, ela foi considerada suspeita pelo MP e o presidente da CMTU, André Nadai, determinou o afastamento da servidora do grupo interno.

"Embora ostentando a condição de advogada, a servidora pública municipal, advogada da CMTU, ao ter sido aprovada em concurso público e integrando a Comissão de Sindicância em tramitação, tinha o dever funcional de manter a imparcialidade e a lealdade à instituição que re-

presentava (CMTU), no sentido de resguardar o interesse público, velando para que o Ministério Público colhesse os elementos probatórios autorizados judicialmente, e não defendesse interesse privado de um dos investigados. Assim, a Associação Paranaense do Ministério Público reafirma que a conduta do promotor de Justiça foi inteiramente compatível com os princípios que devem orientar sua atuação funcional", diz trecho da nota.

O procurador-geral de Justiça, Olympio de Sá Sotó Maior, também se manifestou ontem sobre o assunto, através de nota encaminhada à FOLHA. O chefe máximo do MP afirmou que as declarações do presidente da OAB de Londrina estão distantes "do trato cordial e respeitoso que sempre marcou o relacionamento com aquela Entidade de Classe, baseada em versão unilateral, precipitada, infundada e que genericamente ofende indevidamente esta instituição, apenas se valendo de um suposto comportamento abusivo imputado a promotor de Justiça que sempre tem se mostrado combativo e goza de prestígio junto à comunidade londrinense, por sua destacada atuação na defesa do patrimônio público".



04 ABR 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### MILITÃO

#### Sessão extra no Supremo para planos econômicos

Os ministros do Supremo Tribunal Federal concordaram em fazer sessão extraordinária de julgamento para decidir sobre os processos envolvendo planos econômicos. A proposta partiu do presidente da Corte, ministro Cezar Peluso. O julgamento deverá ocorrer provavelmente no dia 13 ou o STF poderá utilizar as manhãs de 10, 11 e 12 para julgar o caso. As tardes já estão ocupadas com outras sessões. Os ministros vão decidir sobre os índices de correção dos planos Bresser, Verão, Collor 1 e Collor 2, e dizer se foram aplicados corretamente aos correntistas. A expectativa é grande em Londrina e em todo o Paraná.

### OPINIÃO DO LEITOR

#### Provas sem valor?

Alguém ainda tem dúvida de que o caso do "senador bicheiro" Demóstenes Torres (DEM-GO) vai dar em nada? Fiquei ainda mais admirado com a declaração do advogado do senador que dizia que ele não poderia ser julgado pois os grampos e todos os indícios que acusam o seu cliente foram obtidos de forma irregular. Portanto, eles são ilegais. Sem contar que o advogado ainda citou que as 300 ligações para o bicheiro Carlinhos Cachoeira foram há mais de dois anos e isso não gera situação de crime. Isso é uma grande ofensa. O senador está envolvido na máfia dos jogos de azar, em esquemas de licitações, corrupção ativa e passiva. Espero dessa vez que o Judiciário e o Senado tomem uma posição para não deixar ainda mais seus nomes na lama. É hora de demonstrar que nem todos são corruptos e coniventes e que ainda podemos crer na Justiça e na ética neste País.

LUKAS HENRIQUE DOS SANTOS (estudante) - Londrina

# METRO

## Justiça suspende taxa do festival

A Justiça concedeu no final da tarde de ontem uma liminar contra a empresa Parnaxx, organizadora do Festival de Teatro de Curitiba, suspendendo a cobrança da taxa de R\$ 8 na compra da meia entrada para as apresentações.

A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba entrou com uma ação coletiva por considerar abusiva a cobrança de taxa de conveniência.

A taxa estava sendo cobrada apenas dos consumidores beneficiários da meia-entrada. Além disso, a promotora de Justiça Cristina Corso Ruário explica que a conveniência, nesse caso, não existe para o consumidor, mas somente para o fornecedor.

Segundo a decisão da juíza Mychelle Pacheco Cintra, da Nona Vara Cível, a Parnaxx não poderá efetuar qualquer cobrança referente à taxa de conveniência, sob pena de incidência de multa diária de R\$ 5 mil.

A ação também questiona a doação de uma caixa de bombons para uma entidade beneficente, na compra do ingresso inteiro. A promotora avalia que "em promoções para entrega de alimentos, todos os consumidores devem participar, sem distinção, sob pena de caracterizar forma de burlar a legislação da meia-entrada".

A organização do Festival de Curitiba informou que só irá se manifestar sobre a decisão judicial quando for notificada oficialmente. ● METRO CURITIBA

04 ABR 2012

**"Não consigo encontrar no universo das práticas comerciais leais e livremente competitivas um só fundamento que legitime a cobrança da taxa apenas no caso da meia-entrada."**

MYCHELLE PACHECO,  
JUÍZA DA NONA VARA CÍVEL

# METRO

## Presos ganham livros para reduzir penas

**REMISSÃO.** A Biblioteca Pública do Paraná, entregou ontem, 12 minibibliotecas destinadas ao projeto Remissão pela Leitura, que será implantado nas penitenciárias do Paraná em maio. A projeto Remissão pela Leitura está previsto na Lei de Execuções Penais, de 2011, explica a coordenadora de Educação e Qualificação Profissional / PDI Cidadania da Secretaria da Justiça, Claudia Cristina Muller. As 24 unidades penais vão participar.

Pelo programa, os presos terão prazo de 20 dias para fazer a leitura e mais 10 dias para elaborar a resenha e submetê-la à avaliação de um comissão. A cada relatório de leitura eles ganharão três dias de remissão da pena.

● METRO CURITIBA

## 04 ABR 2012

## Acusados de estupro são internados

A juíza Andrea Dantas Ximenes, da Vara da Infância e Juventude, estabeleceu a internação de três jovens, dois de 16 e um de 17 anos, acusados de participar de um estupro coletivo em Queimadas, na Paraíba.

Cabe recurso. O crime aconteceu em fevereiro. Seis mulheres foram estupradas durante uma festa de aniversário. Duas delas foram assassinadas. ● METRO

METRO 04 ABR 2012

# Bebida leva à apreensão de 400 CNHs por mês

● Número corresponde a 20% do total de carteiras apreendidas no PR

Um levantamento do Detran (Departamento Estadual do Tráfego do Paraná) mostra que 20% das carteiras de habilitação apreendidas em operações no Estado pertencem a motoristas flagrados dirigindo sob efeito de álcool. São 400 motoristas que perdem a CNH todo mês no Paraná por causa de bebida alcoólica. No total, cerca de 2 mil carteiras são apreendidas mensalmente no Estado.

Motoristas alcoolizados, flagrados em blitz e operações nas rodovias, perdem a CNH no ato. Segundo o diretor do Detran-PR, Marcos Traad, o número de flagrados seria ainda maior com fiscalização mais intensa e menos restrições na abordagem. Para recuperar a CNH os motoristas têm que passar por um curso de reciclagem ministrado pelo Detran e, a partir de agora, também pelas autoescolas

## Reciclagem

Desde o começo da semana, autoescolas já podem oferecer cursos de reciclagem a motoristas que perderam a CNH.

### Credenciadas

59 centros de formação de condutores estão aptos a ministrar os cursos

### Duração

Nos centros, os cursos terão as mesmas 30 horas/aula do Detran

### Mais opções

Nas autoescolas os cursos serão modulares e terão mais opções de horários

### Turmas

Nos centros de formação, turmas serão formadas a partir de 10 alunos.

No Detran, as turmas têm 40 motoristas

**88** reais é o custo do curso de reciclagem no Detran. As autoescolas devem oferecer preços diferentes.

04 ABR 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### Iguais, porém diferentes

**D**emóstenes Torres tropeçou no seu próprio "mensalão". Exatamente como aconteceu com o PT em 2005, depois de passar vários anos fazendo o papel de vestal, de missionário da ética e impiedoso acusador dos desencaminhados, o senador goiano foi desmascarado pela evidência irrefutável de que mantém relações promíscuas com o notório Carlinhos Cachoeira, chefe da jogatina, cujos interesses escusos tem defendido junto à administração pública. Até aí, tudo igual ao que se tem assistido na política. A diferença está no comportamento dos partidos envolvidos em escândalos. O PT nega até hoje a existência do plano urldido e executado por José Dirceu para compra de apoio parlamentar ao governo Lula e age politicamente para blindar os réus do processo que se arrasta no STF. O DEM, como já fizera no caso do ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, de imediato cobrou publicamente explicações de seu filiado, num procedimento que inevitavelmente resultaria numa expulsão - que só não ocorreu porque Demóstenes se antecipou e pediu desligamento do partido.

O comportamento de Demóstenes Torres é imperdoável, principalmente pela profunda decepção que causou aos homens de bem que viam nele um denodado defensor da ética na política. Foi ele quem declarou, em 2007, na condição de relator da CPI do apagão aé-

reo, que "corrupção é um negócio suprapartidário" e que "os malandros estão em todos os governos" - e ele bem o sabia. Hoje, para regozijo dos corruptos, sobre Demóstenes Torres alguém poderá afirmar o mesmo que ele próprio afirmou sobre seu ex-correligionário José Roberto Arruda, forçado a renunciar ao governo do Distrito Federal por seu envolvimento no chamado "mensalão do DEM": "É um bandido, um delinquente, um vagabundo".

Os desdobramentos desse lamentável episódio nos campos da política e da Justiça são imprevisíveis ním país em que o

---

#### **Até onde terá chegado um indivíduo que agia com desenvoltura acobertado por políticos**

---

império da lei costuma ser muito relativo. O próprio Demóstenes já estaria convencido de que está "politicamente morto". Mas o fato é que, com seu condenável desvio de comportamento no exercício de um mandato que conquistou nas urnas e não soube honrar, Demóstenes Torres se revelou mais um agente - e beneficiário - da alarmante contaminação do ambiente político-institucional pela lassidão moral e ética, que vem acompanhada pela tolerância a "malfeitos" praticados por quem frequenta os círculos do poder e, conseqüentemente, pelo sentimento de impunidade que torna cada vez mais insaciáveis e ousados os bandidos travestidos de homens públicos.

Menos mal que a liderança do DEM se revelou mais uma vez atenta à necessidade de cortar pela raiz as ameaças a sua imagem pública, tratando de evitar que o comportamento criminoso de um de seus mais destacados líderes viesse a comprometer a credibilidade política do partido. Em acentuada decadência nos últimos anos, em termos de representatividade eleitoral, um escândalo dessas proporções poderia levar a legenda a um beco sem saída. De qualquer modo, a atitude dos democratas é exemplar, principalmente se comparada à de outros partidos, entre eles muitos dos que se aconchegam na base aliada, PT e PMDB à frente. Para esses, que como paradigma preferem os líderes que passam a mão na cabeça de seus "aloprados", parece prevalecer o princípio de que ética é uma coisa muito simples: basta não ser pego com a boca na botija.

O desmascaramento do falso moralista Demóstenes Torres sugere ainda uma reflexão relativa ao pivô do imbróglio, o notório Carlinhos Cachoeira. Há quase dez anos esse meliante se envolveu em episódio de suborno que se transformou no primeiro de uma longa série de escândalos de corrupção do governo Lula. Trata-se, portanto, de figura conhecida. No momento - mas provavelmente não por muito tempo - permanece detido por ordem da Justiça, a pedido da PF, que investiga o jogo ilegal em Goiás. Até onde terá chegado esse indivíduo, agindo com desenvoltura - e impunemente - há anos, graças a suas privilegiadas relações políticas?

04 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

# Prédio de senador foi ponto de encontro

Grupo da PF indica que envolvidos em esquema de Cachoeira se encontraram em apartamento funcional usado por Demóstenes

Grampos da Polícia Federal indicam que o apartamento funcional em que mora o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) em Brasília serviu de ponto de encontro da cúpula da máfia dos caça-níqueis em Goiás e no Distrito Federal. Em conversas interceptadas pela Operação Monte Carlo, o sargento Idalberto Matias de Araújo, o Dadá, apontado como um dos operadores de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, relata uma reunião de integrantes do esquema no local.

No telefonema de 17 minutos, gravado em 21 de dezembro de 2010, Dadá diz a Lenine Araújo de Souza – segundo homem na hierarquia do esquema, responsável pela administração contábil do grupo, conforme a PF – que está no Bloco C da Quadra 309, na Asa Sul, em Brasília.

Trata-se do chamado bloco dos senadores, onde Demóstenes e outros parlamentares ocupam apartamentos funcionais cedidos pelo Senado. “Está aí onde?”, indaga Lenine. “Aqui na 309, Bloco C, no estacionamento, na Sul, na Asa Sul”, responde o sargento.

Segundo as transcrições, às quais o Estado teve acesso, foram ao local Cachoeira, ao qual Dadá e outros integrantes do grupo se referem como “o homem”. Cláudio Dias de Abreu, citado no inquérito como sócio do empresário em negócios ilegais, e Vladimir Garcez Henrique, que seria seu braço direito, encarregado de obter facilidades nas Polícias Militar e Civil de Goiás. O Bloco C e o Bloco G, onde mora Demóstenes, são unidos e têm estacionamento e portaria comuns.

“Não posso sair”. Eram cerca de 16h40 e, na conversa, Dadá dizia estar em frente ao prédio desde a hora do almoço. “O homem está aqui, Cláudio, está aqui, não posso sair”, explicou a Lenine. Demóstenes estava em Brasília nesse dia, conforme registros do Senado. Procurado ontem, seu advogado, Antônio Carlos de Almeida Castro, não se pronunciou.

Segundo o inquérito, após o encontro no prédio, o grupo seguiu para reunião com um advogado não identificado. “Encontramos com o homem aqui na 309. Agente está indo lá pro Gustavo, advogado no Lago Sul”, diz o sargento.

O inquérito da Monte Carlo comprova a extensa teia de relações do grupo, que se valla de contatos nos mais diversos órgãos. Numa das conversas, Gleyb Ferreira da Cruz – elo de Cachoeira com o delegado da PF Deuselino Valadares – comenta com um interlocutor sobre a possibilidade de “entrar com um interesse” na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para resolver um negócio de R\$ 300 mil.

Em outra, Dadá telefona para um policial federal pedindo que obtenha, em tempo recorde, passaporte especial ou diplomático para um desembargador. Segundo o inquérito, Cachoeira controlava o jogo em Goiás e no Distrito Federal. O dinheiro obtido como comissão de operadores das casas de jogos era lavado em diversas empresas. Dadá também era o elo entre Cachoeira e funcionários da Receita e da Infraero para obter facilidades na entrada de integrantes do grupo com mercadorias pelo Aeroporto de Brasília.

## Marco Maia sugere CPI para investigar rede de Cachoeira

● O presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), disse ontem que pode apoiar a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o esquema chefiado por Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, preso pela Polícia Federal.

“A lista de contatos de Cachoeira é emblemática porque vai desde políticos, passa pelo Executivo e pelo Judiciário e chega a jornalistas”, disse. “Isso nos leva a crer que é preciso haver uma investigação mais aprofundada sobre essas relações e os impactos que tiveram na vida do País nos últimos anos.”

Maia disse que enviará ao Conselho de Ética as representações contra deputados sob suspeita. Há pedidos de processo contra Rubens Ottoni (PT), Sandes Junior (PP) e Carlos Alberto Leréia (PSDB), todos de Goiás.

## DORA KRAMER

**De novo, não.** Queira o respeito à paciência alheia que os políticos e partidos envolvidos com o contraventor vulgo Cachoeira não comecem a atribuir suas estripúllas ilícitas à falta de reforma política, alegando que o “sistema” os obriga a recorrer à busca de recursos paralelos para financiar suas campanhas.

A história sempre se repete. Mas, de tanto ser contada, já não convence. Seja pela indisposição dos partidos e dos políticos em reformar, seja pela culpa que a lei forte não tem diante do fraco de certas excelências.

CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

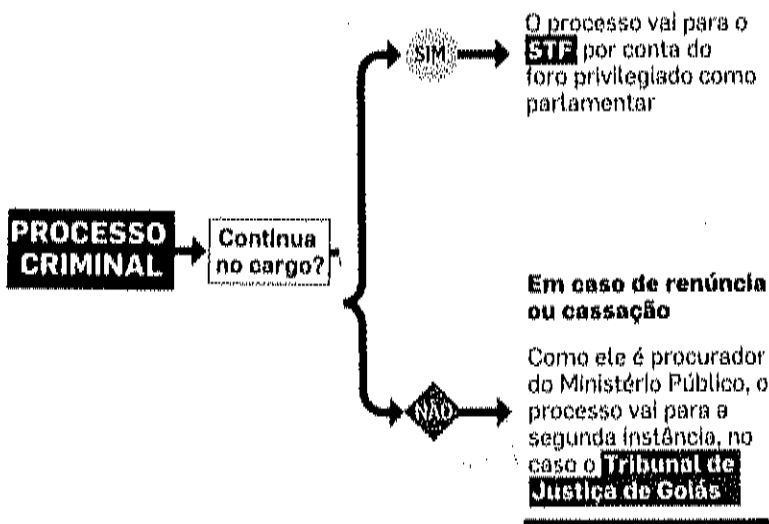
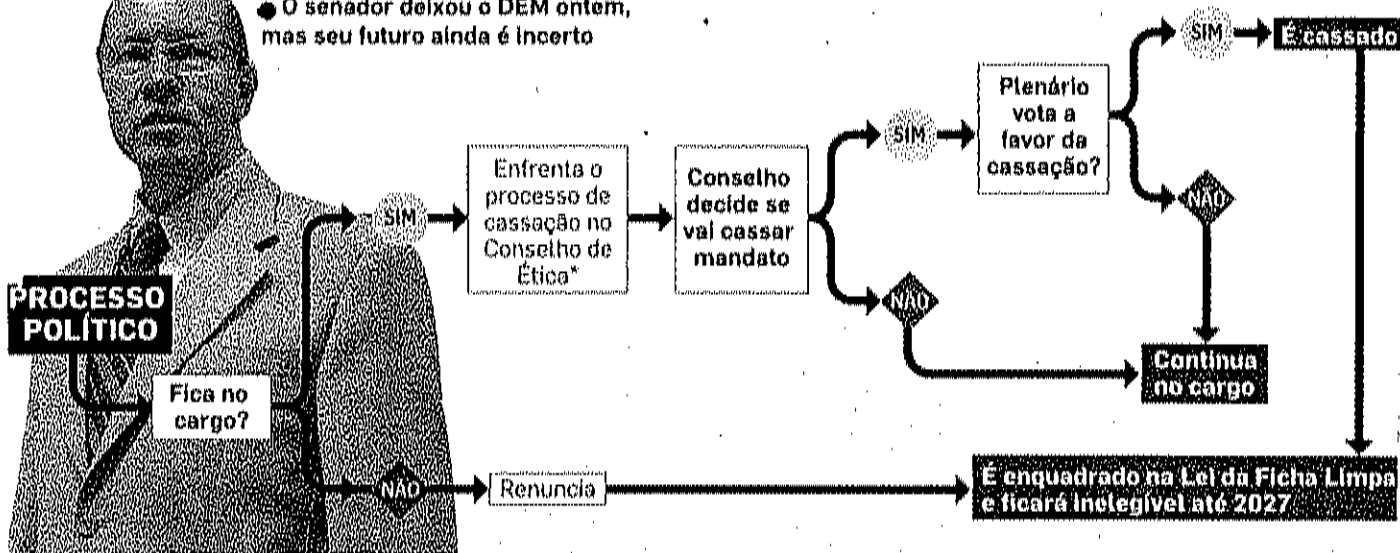
CONTINUAÇÃO

## 04 ABR 2012

### OS CAMINHOS DE DEMÓSTENES



● O senador deixou o DEM ontem, mas seu futuro ainda é incerto



# O ESTADO DE S. PAULO

## Falta grave de preso vai parar progressão

A falta grave que for cometida por um preso durante o cumprimento da pena interrompe a contagem de prazo para que ele seja beneficiado pela progressão de regime, de fechado para semiliberto, por exemplo. A decisão da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) unifica o entendimento sobre o assunto.

A Lei de Execuções Penais (LEP), de 1984, determina que, em caso de falta grave, o juiz pode revogar até um terço do tempo já cumprido e que contaria para a progressão de regime. O Supremo Tribunal Federal (STF) já havia aprovado, em 2008, uma súmula vinculante nesse sentido. A decisão dizia que a LEP está de acordo com a Constituição.

No STJ, a Quinta Turma havia concluído que deve ser interrompida a contagem do tempo para concessão de benefícios. A Sexta Turma decidia em sentido contrário: a falta grave não provocava a interrupção do cômputo do prazo para progressão da pena.

O ministro-relator na Terceira Seção, Napoleão Nunes Maia Filho, votou pelo fim da contagem. "Ao custodiado em regime fechado que comete falta grave não se aplicaria sanção em decorrência dessa, o que seria um estímulo ao cometimento de infrações no decorrer da execução."

O voto foi acompanhado pelo ministro Gilson Dipp. A ministra Maria Thereza de Assis Moura e o desembargador convocado Adilson Macabu votaram em sentido contrário. Coube à ministra Laurita Vaz desempatar.

# 04 ABR 2012

## SÔNIA RACY

### Debate jurídico

Enquanto se espera a nomeação do novo procurador-geral de Justiça, outra "polêmica" ocupa as rodas do Ministério Público: o fim dos copinhos descartáveis. Eles serão trocados, no semestre que vem, por canecas duráveis - cada funcionário ganhará a sua. Já foram licitadas 10 mil unidades, por R\$ 10,09 cada uma.

Tem promotor achando que é coisa de presidiário. Outros defendem a iniciativa verde.

### Tocando em frente

Enquanto se aguarda decisão da Justiça sobre a abertura (ou não) do Shopping JK no dia 19, o cronograma segue normalmente.

Lojistas se reuniram semana passada para receber instruções sobre logística e regras do condomínio do centro de compras. Até a organização da festa de lançamento (dia 18) segue a mil, sob comando de Carlos Pazetto.



# 04 ABR 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### TRF2 alcança 75% de acordos em conciliações

Um mutirão de conciliação, promovido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Rio de Janeiro) para cuidar dos processos movidos por servidores públicos inativos ou pensionistas da União, terminou com 75% de acordos homologados. No mesmo mutirão, foram conciliados pedidos de pagamento de gratificações da Advocacia Geral da União (AGU) que resultaram em 263 acordos. Entre os dias 13 e 15 de março, foram realizadas 349 audiências, contabilizando um total de R\$ 2.551.413,40 em valores homologados.

Dentre as quase 700 pessoas atendidas no Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cesol) da 2ª Região, órgão que executa os mutirões da Justiça Federal no Rio, uma chamou a atenção de juízes, servidores e cidadãos que participavam do mutirão: a sambista carioca Dona Ivone Lara, de 94 anos. Enfermeira aposentada, a primeira dama do samba era parte em um processo pautado no mutirão e recebeu atendimento prioritário, além de cumprimentos e pedidos para posar para fotos.

A Resolução 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que instituiu a Política Nacional de Conciliação, prevê a criação de centros de conciliação para oferecer meios

consensuais para a solução de conflitos, além de disseminar a cultura de pacificação social.

O coordenador do Comitê Gestor do Movimento Permanentemente pela Conciliação do CNJ, conselheiro José Roberto Neves Amorim, defende que a conciliação torne-se, de fato, uma prática do Judiciário, sempre que possível. "A maioria dos tribunais tem boa vontade e já está desenvolvendo seus núcleos", afirmou Neves Amorim. "No Rio de Janeiro, as salas de mediação e os profissionais envolvidos nessa ação são exemplos disso", completou.

O mutirão da AGU cuidou de processos movidos por servidores públicos inativos ou pensionistas da União, com o objetivo de receber diferenças nas gratificações. Esse foi o segundo mutirão de conciliação ocorrido no ano e contou com a participação de sete juízes federais, além de 10 voluntários de diversas varas e juizados especiais federais.

Semana Nacional de Conciliação – Para fortalecer a cultura do diálogo no Judiciário, em 2006 foi criada a Semana Nacional pela Conciliação – um marco das ações do CNJ e dos tribunais para reduzir o grande estoque de processos na justiça brasileira, assim como dar maior celeridade aos processos.

04 ABR 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Comissão discute parcerias público-privadas no Judiciário

A comissão criada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para analisar a possibilidade de parcerias público-privadas (PPPs) no Poder Judiciário na sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF 3), em São Paulo. O encontro contou com a presença dos conselheiros Bruno Dantas, presidente da comissão, Marcelo Nobre, Jorge Hélio Chaves de Oliveira Sílvio Luis Rocha e José Guilherme Vasi Werner, bem como acadêmicos e especialistas na adoção de PPPs no setor público.

Ao analisar a consulta (No

0002583-36.2010.2.00.0000) da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) sobre a validade de parcerias público-privadas no Judiciário, o plenário do CNJ decidiu aprofundar os debates sobre o assunto, com o objetivo de produzir subsídios para as decisões do Conselho. Com a criação do grupo, o julgamento da consulta do TJMA está suspenso.

Foram convidados a participar da reunião: José Roberto Pimenta Oliveira - procurador da República em São Paulo; Carlos Ari Sundfeld - professor da Fundação Getúlio

Vargas (FGV); Celso Antonio Bandeira de Mello e Pedro Serrano - docentes da PUC; Gesner de Oliveira - professor da FGV e ex-presidente do Conselho de Administração Econômica (CADE) além de Hélio Tokeshi - ex-integrante da Secretaria de Acompanhamento Econômico (SAE) do Ministério da Fazenda.

Também confirmaram presença José Afonso da Silva - professor da USP; e a secretária geral adjunta da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcia Melaré, que representará o presidente da entidade.

## Conselheiro destaca importância do Banco de Ações Coletivas

Detalhes sobre a importância, funcionamento e entrada em operação do projeto de Banco das Ações Coletivas, que está sendo desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), consistiram num dos destaques de encontro realizado na última semana, em Belo Horizonte (MG), entre representantes do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público (MP). O

evento, que discutiu temas relevantes para o país, como o combate à improbidade administrativa, teve a participação do conselheiro Gilberto Valente Martins - do CNJ e também membro do Ministério Público -, que passou aos colegas informações sobre o programa.

O cadastro deve ser implantado até o final de junho em quatro estados, devendo a implantação ser realizada de forma gradativa em

todo o Brasil. Conforme afirmou o conselheiro, a ferramenta faz parte do sistema integrado entre o CNJ e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que prevê a uniformização das informações entre os dois órgãos referentes às ações populares em tramitação no país. Por meio desse programa, será possível aos integrantes do Ministério Público e do Judiciário saber sobre as ações ajuizadas.

# 04 ABR 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### MP-PR pede providências à Justiça sobre superlotação em cadeia

A Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais de Londrina ajuizou pedido de providências junto à Vara de Execuções Penais da comarca, solicitando que seja determinada a imediata transferência dos presos já condenados e enfermos que se encontram detidos no 2º Distrito Policial de Londrina. A delegacia tem capacidade para 120 presos e abriga, atualmente, 350. Diante da superlotação, a Promotoria pede também à Justiça, o cumprimento da sentença que limita em 188 pessoas, a ocupação na unidade prisional.

O pedido de providências feito pelo MP, está embasado em documento da Vigilância Sanitária, que evidencia risco elevado de disseminação de doenças infecto-contagiosas no local. O documento, assinado por 14 entidades, reivindica a transferência maciça dos presos do 2º DP.

A Promotoria pede ainda que o Estado providencie reformas necessárias no distrito policial e que encaminhe material de higiene e limpeza para os presos.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## MURÁ 04 ABR 2012

### A DECISÃO DO STJ

### CARTAS

“Prezado jornalista: ainda não vi manifestação de entidades religiosas a respeito do assunto. Mas, em compensação, alegrei-me muito ao ler, hoje (3-4), na Folha de São Paulo, manifesto de repúdio à decisão do STJ que absolveu estuprador de criança de 12 anos, assinado pelo SESI Nacional.

É também uma advogada da OAB-PR, encarregada de defesa da criança e de outros vulneráveis, foi oportuníssima. Assim é o Brasil, aos poucos vamos entendendo o que é cidadania, que ela comporta, até, fazer reparos a injustiças cometidas por braços do judiciário.

Triste país que tem um Superior Tribunal de Justiça como o nosso, pois a decisão de absolver o criminoso foi do colegiado. Não se tente personalizá-la numa só pessoa...”

Mark Engler Sigwalt, São Paulo, SP

### “CRIANÇA É INTOCÁVEL”

“Prezado jornalista, para mim, comparam-se aos estupradores de crianças os juízes do STJ que absolveram o criminoso que violentou meninas de 12 anos. E só. Precisa dizer mais? Criança continua intocável, apesar do STJ”. Maria da Conceição Azambuja, Porto Alegre, RS

### FIM DOS TEMPOS

“Senhor jornalista, não sou padre, pastor, advogado, nem juiz. Sou simplesmente pai de família, criado e educado no respeito a certos valores. Um deles, apontado como digno de todo acolhimento e apoio, foi sempre a infância. Tenho netos, criei filhos vivo numa sociedade supostamente cristã e civilizada. Como encarar, senão com perplexidade, o endosso que o STJ deu ao estupro de crianças? Sinal de que vivemos os tempos finais”.

Marco Martins de Freitas, Uberaba, Curitiba

03 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

INFORME PUBLICITARIO

## Nota de repúdio à decisão do STJ sobre absolvição de acusado de estupro

A decisão tomada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) inocentando réu acusado de ter estuprado três meninas de 12 anos é incompatível com a política de proteção integral da criança e com o estágio atual alcançado pela sociedade brasileira na defesa dos direitos humanos.

A medida afronta o Estatuto da Criança e do Adolescente e o próprio Código Penal Brasileiro, que estabelecem que a venda do corpo por menores de 18 anos é considerado exploração sexual. Ainda mais nos dias de hoje, em que a nossa legislação considera estupro de vulneráveis, relação sexual com menor de 14 anos.

É inconcebível que um tribunal veja a criança como um adulto, inocentando o réu com o argumento de que as crianças já se dedicavam à prática de atividades sexuais desde longa data.

Impressionante essa decisão ser tomada nos dias de hoje, quando instituições governamentais e não governamentais, organismos e agências internacionais e a sociedade civil, vem discutindo

o tema incansavelmente, encontrando meios de superação da violência, lutando para transformar projetos em políticas públicas.

Essas crianças e jovens necessitam de suporte do Estado e da sociedade. Desde 2008, esta Instituição desenvolve o projeto *VivaVida*, que oferece capacitação profissional, educação continuada, atendimento psicossocial, inserção no mercado de trabalho e acompanhamento familiar de adolescentes e jovens vítimas de exploração sexual. O programa é realizado em parceria com a Rede de Enfrentamento, Sistema S, empresas públicas e privadas e ONGs.

Retrocessos como esse são inaceitáveis. A sociedade demanda políticas de defesa contra essas distorções. O Conselho Nacional do Sesi apóia a manifestação do Conanda e a decisão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) de acionar a Advocacia-Geral da União (AGU), para que sejam tomadas as providências legais cabíveis e conclama a Justiça a rever esta decisão.

Presidência do Conselho Nacional do SESI

**SESI**  
Conselho Nacional

# JORNAL DO ESTADO

Na trave

04 ABR 2012

O juiz Marcelo Wallbach Silva, do Tribunal Regional Eleitoral, considerou improcedente a representação do PT e do PMDB que tentava incluir o prefeito Luciano Ducci (PSB) no processo envolvendo o PRTB, relativo a gastos de campanha das eleições de 2008. No despacho, o magistrado disse que as alegações apresentadas na ação não apontaram qualquer indício concreto de envolvimento do prefeito no caso. "No caso dos autos, nem mesmo a parte representante, repita-se, apesar de todo o esforço empregado na tentativa de vincular o representado aos fatos observados pelo vídeo já reconhecido como prova ilícita, conseguiu demonstrar, sequer de maneira indiciária, algum envolvimento ou mesmo conhecimento do representado com aqueles fatos", afirmou o juiz.

## Troféu

O presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni (PSDB), foi notificado ontem de uma ação judicial movida contra ele pelo ex-diretor geral da Casa, Abib Miguel, o Bibinho. Rossoni reagiu afirmando receber a ação como "um troféu". Segundo ele, a iniciativa seria uma demonstração de que a atual direção do Legislativo estaria "no caminho certo". Bibinho está preso sob a acusação de tentar atrapalhar o processo no qual ele é acusado de comandar um esquema de desvio de salários e contratação de funcionários "fantasmas" na Assembleia.

## Copa

O procurador de Justiça Ciro Expedito Scheráiber, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, faz pronunciamento durante a sessão plenária da Assembleia Legislativa hoje, a partir das 10 horas, sobre a vedação ou liberação do consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol do Paraná. A manifestação do procurador de Justiça atende a requerimento do deputado Leonaldo Paranhos (PSC), presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa e autor de um projeto de lei que veda o uso de bebidas alcoólicas nos estádios. Outro projeto de lei, da iniciativa do deputado Stephanes Junior (PMDB), milita em sentido inverso, liberando a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas nos locais oficiais de competição da Copa das Confederações, em 2013, e da Copa do Mundo, em 2014.

## EM BAIXA

A Justiça concedeu liminar garantindo a revisão a auxílios-doença, aposentadorias por invalidez e pensões concedidas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) entre 29 de novembro de 1999 e agosto de 2009.

O instituto deve refazer os cálculos dos benefícios em até 90 dias, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil, mas ainda pode recorrer.

# JORNAL DO ESTADO

CONSELHEIRO

04 ABR 2012

## Durval Amaral busca votos para eleição no TC

O secretário chefe da Casa Civil do governo Beto Richa e deputado estadual licenciado, Durval Amaral (DEM) iniciou esta semana a busca por votos para a disputa pela vaga de conselheiro do Tribunal de Contas, que será aberta até o final do mês com a aposentadoria compulsória de Heinz Herwig. Amaral se reuniu na segunda-feira com a bancada do PSDB, que com dez parlamentares, é a segunda maior da Assembleia Legislativa. Ontem à noite, ele se encontraria em jantar com a bancada do PMDB, que tem 13 deputados, e é a maior da Casa.

Entre os tucanos, o apoio a Amaral já é dado como certo. "O Durval é o candidato recomendado pelo governador. Não deve haver nenhuma divergência", confirmou o líder do governo na Casa, deputado Ademar Traiano (PSDB). "Acredito que ele não terá nenhuma dificuldade", avaliou Traiano.

Segundo o líder governista, Amaral não deve deixar o cargo antes da eleição. "Tão logo o Heinz deixe o TC, imediatamente a presidência da Assembleia abre inscrição para a eleição. Não há necessidade dele (Amaral) deixar o cargo. Ele permanece na Casa Civil até a definição da Assembleia", explicou.

No PMDB, pelo menos um deputado já declarou apoio às pretensões do secretário. "Ele é bem querido aqui. É deputado, Advogado. Um dos mais preparados. Reúne todas as condições para ser conselheiro", disse o deputado peemedebista Alexandre Curi. "Já declaro o meu voto aberto ao Durval. É um compromisso que eu tenho com ele. Palavra dada", confirmou.

04 ABR 2012

# JORNAL DO ESTADO

## Justiça manda tirar propaganda do Facebook

Inflimado pela Justiça Eleitoral a retirar de seu perfil no Facebook informações sobre sua atuação à frente da prefeitura de Queimados, na Baixada Fluminense, o prefeito Max Lemos (PMDB) anunciou por meio de assessores que cumprirá a decisão, mas manteve conteúdo semelhante no site do município. Pré-candidato à reeleição, o peemedebista se reuniria nesta terça com advogados para decidir se recorrerá ou não da decisão do juiz Jansen Amadeu do Carmo Madeira que atingiu sua página na rede social.

Inicialmente, Lemos pediu mais prazo, além das 48 horas determinadas pelo magistrado, para tirar do ar o material vetado pela decisão. A promotora Márcia Araújo Pinto, autora do pedido acolhido pelo Judiciário, afirmou que vai checar a homepage da prefeitura, para verificar se também ali há propaganda eleitoral antecipada na internet.

A decisão foi a primeira posterior à determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que restringiu o uso do Twitter por pré-candidatos antes de 5 de julho. O juiz Carmo Madeira atendeu a pedido da promotora, da 138ª Promotoria de Justiça Eleitoral. Ela considerou que o conteúdo do perfil do prefeito no Facebook constituía propaganda eleitoral antecipada. O magistrado determinou que Lemos retire do seu perfil na rede social comentários e notícias sobre sua administração e proibiu que volte a veiculá-los. A subsecretária de Comunicação de Queimados, Audrey Andrade, res-

saltou que as postagens do prefeito na rede social "não são de hoje" e ocorrem "ao longo do ano". Não teriam, portanto, segundo ela, caráter eleitoral.

Site oficial - "Queimados se transforma em 3 anos", anunciava um "banner" na capa do site <http://queimados.rj.gov.br/portal>, mantido pela administração municipal. "Mais de 200 ruas asfaltadas. 3 mil casas populares. 1.600 empregos criados. 3.200 novas vagas nas escolas. UPA 24 horas, maternidade e centro para hipertensos e diabéticos." O texto do "banner" não fazia referência ao prefeito, que era citado em link específico, em que estava seu perfil político. Em outro ponto da página, anunciava-se que "a prefeitura de Queimados está fazendo o maior número de obras da história da cidade". O tom dos textos era impessoal.

Já a página de Lemos no Facebook, com 4.990 amigos, mantinha as referências a iniciativas da administração municipal, escritas de maneira coloquial, com jeito de conversa. Havia até um post, com foto de Lemos, sobre a "entrega de mais 500 apartamentos no condomínio Valdairosa, com os deputados Rafael Picciani e Zaqueu Teixeira", assinado pelo vereador Joilde Pirikito. Em comunicado no FB, o prefeito afirmou sua disposição de cumprir a decisão.

"Como todos sabem, sou obediente à lei, à Justiça e tenho profundo respeito ao trabalho do Ministério Público. Por isso,

como ainda há muitas dúvidas e interpretações diversas a respeito da decisão do TSE sobre uso das redes sociais em ano eleitoral, estarei, por medida de precaução, interrompendo temporariamente meus posts aqui no FB e no Twitter. Sei que esse tem sido um canal importante para a população falar comigo em tempo real, me alertar sobre problemas e eu resolvê-los com mais rapidez. Tenho fé que isso será por pouco tempo. Afinal, o mundo mudou. A forma de se comunicar também", afirmou o prefeito.



# 04 ABR 2012

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Recurso

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, incluiu na pauta do próximo dia 12 duas ações que contestam os índices de correção monetária decorrentes dos planos econômicos Collor I e II, adotados em 1990 e 1991.

### Trabalho escravo

Audítores fiscais do Trabalho resgataram três trabalhadores de regime análogo à escravidão em Palmas na região Sul do Paraná. Segundo o coordenador do grupo de auditores, Elias Martins, a frente de trabalho e o alojamento foram interditados.

As condições de higiene do alojamento e da cozinha também eram extremamente precárias. A empregadora, do ramo de comércio de lenhas, recebeu 14 autuações e pagou as verbas rescisórias e os direitos dos trabalhadores resgatados e poderá responder ação do Ministério Público do Trabalho por danos morais.